



## PRÁTICA POLICIAL

A maior plataforma online de peças e modelos policiais

### PEÇA MODELO

#### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL

A Polícia Civil do Estado de (o/a) \_\_\_\_\_ (inserir o nome do Estado), neste ato representada pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil \_\_\_\_\_ (inserir nome do delegado), lotado(a) e em exercício na Delegacia de Polícia Civil de \_\_\_\_\_ (inserir nome da unidade de lotação e/ou cidade), no uso das atribuições previstas no art. 144, § 4º, da Constituição Federal e no Art. 4º e seguintes do Código de Processo Penal,

**CONSIDERANDO** os fatos narrados no Boletim de Ocorrência \_\_\_\_\_ (inserir nº do BO e ano),

#### RESOLVE:

Instaurar inquérito policial visando apurar o crime de lesão corporal culposa grave ou gravíssima na direção de veículo automotor (artigo 303, §2º da Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro) consumado e todas as circunstâncias que gravitam em torno dele.

O crime foi praticado por \_\_\_\_\_ (inserir nome do autor) contra a vítima \_\_\_\_\_ (inserir nome da vítima) no dia \_\_\_\_\_ (inserir data), no endereço \_\_\_\_\_ (inserir as informações do endereço);

Diante do exposto, determino a adoção das seguintes providências:

- I. Autue e realize o tombamento do presente procedimento, além da realização dos registros cartorários necessários;
- II. Junte aos autos:
  - a) Boletim de ocorrência correlato;
  - b) O exame de corpo de delito da vítima;
  - c) Imagens do ferimento experimentado pela vítima;
  - d) O ofício enviado ao Hospital que realizou o atendimento da vítima solicitando os documentos médicos relativos ao atendimento;
  - e) O ofício enviado ao Instituto de Criminalística requisitando a perícia no local do crime, bem como o laudo da perícia no local do crime;
  - f) O ofício enviado aos estabelecimentos comerciais e/ou imóveis residenciais localizados próximo ao local do crime que dispõem de sistema de videomonitoramento eletrônico com a respectiva certidão de





## PRÁTICA POLICIAL

*A maior plataforma online de peças e modelos policiais*

- recebimento do documento assinada pelo recebedor; (QUANDO CABÍVEL)
- g) O ofício enviado à Prefeitura para que disponibilize as imagens do sistema de videomonitoramento eletrônico da via pública onde ocorreu o crime e das vias adjacentes ao crime com a respectiva certidão de recebimento do documento assinada pelo recebedor; (QUANDO CABÍVEL)
- h) Demais peças e/ou documentos produzidos até o presente momento;
- III- Intime a(s) vítima(s) para que preste(m) declarações acerca dos fatos em apuração e junte-se aos autos cópia do seu documento de identificação;
- IV- Intime eventuais testemunhas para que prestem depoimento acerca dos fatos em apuração e junte-se aos autos cópia do seu documento de identificação;
- V- Providencie as intimações necessárias para a realização do reconhecimento de pessoa/reconhecimento de pessoa através de fotografia e, posteriormente, lavre o correspondente auto de reconhecimento, nos termos dos artigos 226 e 228 do Código de Processo Penal; (QUANDO CABÍVEL)
- VI- Expeça ordem de missão aos investigadores de polícia lotados nesta unidade policial, requisitando materialização de diligências de campo com o fito de identificar possíveis testemunhas do evento criminoso, câmeras de videomonitoramento que tenham captado a prática delitiva, informações sobre a vítima, o autor do crime, tudo no sentido de revelar a dinâmica, dentre outros elementos relevantes. O resultado da diligência deve ser documentado em relatório que contenha informações pormenorizadas; (QUANDO CABÍVEL)
- VII- Intime o(s) autor(es) para que seja(m) qualificado(s) e interrogado(s) acerca dos fatos em apuração, juntando-se aos autos cópia de sua identificação;
- VIII- Junte aos autos os antecedentes criminais do investigado e a pesquisa no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) acerca da existência ou não de mandados de prisão contra o investigado;
- IX- Expeça ofício ao juízo competente por distribuição, comunicando a instauração do presente inquérito policial;
- X- Realize demais diligências não contidas nos itens anteriores e que sejam imprescindíveis para a investigação.
- XI- Após, voltem-me conclusos os autos com as determinações cumpridas para ulteriores deliberações.

*Local e data.*

**NOME DO(A) DELEGADO(A) DE POLÍCIA SUBSCRITOR(A)**

Delegado(a) de Polícia Civil





## PRÁTICA POLICIAL

*A maior plataforma online de peças e modelos policiais*

### PEÇA EXEMPLO

#### PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL

A Polícia Civil do Estado do Tocantins, representada pelo(a) Delegado(a) de Polícia Civil Fulano(a) de Tal, lotado(a) e em exercício na Delegacia de Polícia Civil de Araguaína/TO, no uso das atribuições previstas no art. 144, § 4º, da Constituição Federal e no Art. 4º e seguintes do Código de Processo Penal,

**CONSIDERANDO** os fatos narrados no Boletim de Ocorrência 1024/2024,

#### **RESOLVE:**

Instaurar inquérito policial visando apurar o crime de lesão corporal culposa grave ou gravíssima na direção de veículo automotor (artigo 303, §2º da Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro) consumado e todas as circunstâncias que gravitam em torno dele.

No dia 01 de maio de 2024, por volta de 23h00, um motorista embriagado estava dirigindo seu veículo automotor, Fiat Renegade, placa PSZZ1G66, em alta velocidade em uma área residencial. O motorista foi identificado como João Costa. Devido à sua imprudência, João perdeu o controle do veículo e colidiu frontalmente com outro carro – Chevrolet Onix, placa OXSS1F55 – que estava corretamente estacionado. O impacto foi tão forte que o ocupante do veículo estacionado, identificado como Pedro Pires, sofreu ferimentos graves, incluindo fraturas múltiplas. O laudo pericial apontou a ocorrência de ofensa a integridade física da vítima que gerou perigo de vida.

Diante do exposto, determino a adoção das seguintes providências:

- I. Junte aos autos:
  - a) Boletim de ocorrência correlato;
  - b) O exame de corpo de delito da vítima;
  - c) Imagens do ferimento experimentado pela vítima;
  - d) O ofício enviado ao Hospital que realizou o atendimento da vítima solicitando os documentos médicos relativos ao atendimento;
  - e) O ofício enviado ao Instituto de Criminalística requisitando a perícia no local do crime, bem como o laudo da perícia no local do crime;
  - f) O ofício enviado aos estabelecimentos comerciais e/ou imóveis residenciais localizados próximo ao local do crime que dispõem de





## **PRÁTICA POLICIAL**

*A maior plataforma online de peças e modelos policiais*

- sistema de videomonitoramento eletrônico com a respectiva certidão de recebimento do documento assinada pelo recebedor;
- g) O ofício enviado à Prefeitura para que disponibilize as imagens do sistema de videomonitoramento eletrônico da via pública onde ocorreu o crime e das vias adjacentes ao crime com a respectiva certidão de recebimento do documento assinada pelo recebedor;
  - h) Demais peças e/ou documentos produzidos até o presente momento;
- II. Intime a vítima para que preste declarações acerca dos fatos em apuração e junte-se aos autos cópia do seu documento de identificação;
  - III. Intime eventuais testemunhas para que prestem depoimento acerca dos fatos em apuração e junte-se aos autos cópia do seu documento de identificação;
  - IV. Expeça ordem de missão aos investigadores de polícia lotados nesta unidade policial, requisitando materialização de diligências de campo com o fito de identificar possíveis testemunhas do evento criminoso, câmeras de videomonitoramento que tenham captado a prática delitiva, tudo no sentido de revelar a dinâmica, dentre outros elementos relevantes. O resultado da diligência deve ser documentado em relatório que contenha informações pormenorizadas;
  - V. Intime o autor para que seja qualificado e interrogado acerca dos fatos em apuração, juntando-se aos autos cópia de sua identificação;
  - VI. Junte aos autos os antecedentes criminais do investigado e a pesquisa no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP) acerca da existência ou não de mandados de prisão contra o investigado;
  - VII. Expeça ofício ao juízo competente por distribuição, comunicando a instauração do presente inquérito policial;
  - VIII. Realize demais diligências não contidas nos itens anteriores e que sejam imprescindíveis para a investigação.
  - IX. Após, voltem-me conclusos os autos com as determinações cumpridas para ulteriores deliberações.

Araguaína/TO, 03 de maio de 2024.

**NOME DO(A) DELEGADO(A) DE POLÍCIA SUBSCRITOR(A)**

Delegado de Polícia Civil





## PRÁTICA POLICIAL

*A maior plataforma online de peças e modelos policiais*

### DICAS E TUTORIAIS

- A Portaria deve ser seguida pelo registro do Inquérito Policial no respectivo Livro de Registro de Inquéritos Policiais (também conhecido como Livro de Tombo). Em alguns Estados o registro é feito de forma física (livros), enquanto em outros, tem sido feito em um sistema digitalizado. Tal registro é atribuição do Escrivão de Polícia Civil, atividade que deve ser fiscalizada e acompanhada pelo Delegado de Polícia. Durante eventual correição pelo Ministério Público ou Corregedoria, o Livro de Registro de Inquéritos Policiais é um dos objetos a serem examinados.
- Para que seja possível a capitulação jurídica no crime de lesão corporal é necessário que a vítima seja submetida a exame de corpo de delito. Nas hipóteses em que não for possível a realização do exame de corpo de delito direto, é necessário a realização do exame indireto, previsto no artigo 158 do CPP. O exame de corpo de delito indireto no crime de lesão corporal é realizado pelo Instituto Médico Legal através de documentos médicos e fotografias. Por isso é importante, oficiar o hospital para que forneça os documentos médicos produzidos durante o atendimento da vítima, bem como coletar as fotos das lesões sofridas pela vítima. A ausência de exame de corpo de delito, implica a ausência de materialidade delitiva.
- O exame de corpo de delito indireto (artigo 158 do CPP) não se confunde com a previsão legal do artigo 167 do CPP, que é a prova testemunhal. “Art. 167. Não sendo possível o exame de corpo de delito (*direto ou indireto*), por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta”.





## **PRÁTICA POLICIAL**

*A maior plataforma online de peças e modelos policiais*

### **PEÇAS RELACIONADAS:**

- Modelo de termo de declarações da vítima
- Modelo de termo de depoimento de testemunhas
- Modelo de termo de interrogatório policial
- Modelo de requisição de exame de corpo de delito e respectivos quesitos ao instituto médico legal;
- Modelo de auto de reconhecimento de pessoa
- Modelo de auto de reconhecimento de pessoa através de fotografia.
- Modelo de requisição de perícia no local do crime ao instituto de criminalística

